

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.507 - SP (2019/0298199-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
WILD AFONSO OGAWA FILHO - RS086384B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS BATISTA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARCOS BATISTA DE OLIVEIRA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na (Apelação Criminal n. 0005753-85.2013.8.26.0032).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 01 ano e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto, por infração ao art. 180, do CP (receptação).

Foi interposta apelação pela defesa perante o TJSP, sendo esta desprovida e determinada a expedição de mandado de prisão em desfavor do paciente após encerrada a instrução recursal. O acórdão ficou assim ementado:

APELAÇÃO. Receptação. Insuficiência probatória. Inocorrência. Materialidade e autoria comprovadas. Desclassificação para a modalidade culposa. Impossibilidade. Dolo comprovado. Pena e regime mantidos.

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando que o entendimento jurisprudencial é no sentido de que a condenação penal, em regra, deve ser executada depois do título judicial definitivo. Afirma que a reincidência, por si só, não é critério a impor o regime mais gravoso para a execução da pena privativa de liberdade do paciente.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade ao paciente para que aguarde o trânsito em julgado da decisão condenatória ou seja estabelecido o regime aberto ao paciente.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do*

Superior Tribunal de Justiça

periculum in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

